

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAPINZAL – SC**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**EXERCÍCIO DE 2023**  
**RENÚNCIA DE RECEITA - LRF, ART. 4º, § 2º, V**

**ANEXO**

**1. ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA RENÚNCIA DE RECEITA**

A LRF define como renúncia de receita a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração da alíquota ou modificação da base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

Entende-se por:

**Anistia:** isenção de multa incidente sobre tributos pagos em atraso;

**Remissão:** perdão de tributo inscrito em dívida ativa;

**Subsídio:** parcela do custo de um serviço público arcado pelo governo, por exemplo, transporte coletivo;

**Crédito presumido:** exoneração de parcela do tributo devido, descontado no momento do recolhimento, concedido a título de incentivo a determinado setor produtivo ou a empresas de certas regiões.

O artigo 14º da LRF exige que para a concessão de benefícios fiscais de natureza tributária, o administrador deverá apresentar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, tendo que compensar com o aumento de outras receitas tributárias se a receita renunciada estiver prevista no orçamento.

Os demonstrativos e os eventos a seguir procuram atender, já neste momento, o disposto no artigo 14º da LRF, ao evidenciar a estimativa de receita a ser renunciada, os benefícios e o impacto orçamentário-financeiro.

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE CAPINZAL – SC.</b> <b>LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - EXERCÍCIO DE 2023</b> <b>RENÚNCIA DE RECEITA – LRF, ART. 4º, § 2º, V</b>			<b>ANEXO</b>
			<b>CONSOLIDAD O</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO – EVENTO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
1. Desconto para pagamento do carnê de IPTU em cota única	153.880,36	160.035,58	166.437,01
2. Isenção de IPTU e demais tributos do carnê a contribuintes aposentados e carentes	28.785,83	29.937,27	31.134,76
3. Anistia – Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	<b>5.603.505,23</b>	5.827.645,44	6.060.751,26
<b>TOTAL (Previsão da Renúncia)</b>	<b>5.786.171,42</b>	<b>6.017.618,29</b>	<b>6.258.323,03</b>

<b>ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>
1. Superávit Financeiro Exercício Anterior	0,00	0,00	0,00
2. Receitas Previstas	131.401.954,88	131.189.906,97	136.336.855,49
<b>3. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (1+2)</b>	131.401.954,88	131.189.906,97	136.336.855,49
4. Receita Prevista de Dívida Ativa Corrigida	<b>10.409.193,73</b>	<b>10.825.561,48</b>	<b>11.258.583,94</b>

5. Receita Prevista de IPTU	3.539.782,88	3.681.374,20	3.828.629,17
<b>6. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA (4+5)</b>	<b>13.948.976,61</b>	<b>14.506.935,68</b>	<b>15.877.213,11</b>
7. Desconto para pagamento do carnê de IPTU em cota única	153.880,36	160.035,58	166.437,01
8. Isenção de IPTU e demais tributos do carnê a contribuintes aposentados e carentes	28.785,83	29.937,27	31.134,76
9. Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	<b>5.603.505,23</b>	5.827.645,44	6.060.751,26
<b>10. TOTAL DE RENÚNCIA DE RECEITA</b>	<b>5.786.171,42</b>	<b>6.017.618,29</b>	<b>6.258.323,03</b>
11. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO (10/3)	4,40341350	4,586952174	4,590338399
12. IMPACTO FINANCEIRO SOBRE A FONTE (10/6)	41,48097442	41,480974500	39,417012210

## 2 . PREMISSAS E METODOLOGIA DE CÁLCULO

### 2.1 PREMISSAS

#### EVENTO 01

O Município tem registrado 13.196 unidades cadastrais imobiliárias, destas, 12.720 são objeto de lançamento de IPTU. O valor lançado do IPTU para o exercício de 2023 é estimado em R\$ 3.539.782,88, estimativa gerada a partir do lançamento do IPTU deste exercício de 2022 que corresponde ao valor lançado de R\$ 3.206.557,43. A previsão deste tributo para o exercício de 2023, comparando-o ao lançamento de 2022, considerando o resultado das ações de fiscalização; inclusão de novas unidades imobiliárias; aprovação de novos loteamentos e desmembramentos, regularização de imóveis e reajuste anual determinado pelo executivo municipal, teve um crescimento total de 10,392% correspondendo a 6,650% de reajuste e de 3,742% resultantes do crescimento vegetativo, ação fiscalizadora e regularização de imóveis. Segundo levantamento efetuado nesta data, dos últimos três exercícios, há um índice médio de inadimplência do IPTU em torno de 16,0033% sendo no exercício de 2019 = 17,700%, 2020 = 16,3300% e em 2021 = 13,9800%. O propósito da administração é, através da cobrança administrativa, conscientizar o contribuinte da importância, inclusive, econômica de manter o recolhimento dos tributos no prazo previsto para seu pagamento, evitando o desembolso dos acréscimos legais, como multa e juros. E ao final, aos contribuintes ainda inadimplentes, implementar a cobrança judicial, medidas que objetivam a redução da dívida anual do IPTU, para índices aceitáveis de no máximo 8,00%. Do total arrecadado do IPTU nos últimos três exercícios de 2019, 2020 e 2021, cerca de 52,1860%, 47,0747% e 52,2539% respectivamente, tiveram origem na cota única com benefício do desconto de 10,00%, gerando uma média de 50,5048%. Neste exercício de 2022, do total arrecadado do IPTU, 52,2600% é resultante do pagamento em cota única. Para o exercício de 2023, o desconto estabelecido para a cota única do IPTU continuará com o índice de 10,00%.

#### EVENTO 02

Neste exercício de 2022, cerca de 0,471% (zero vírgula quatrocentos e setenta e um por cento) do valor lançado de IPTU se enquadra na condição de aposentados, pensionistas e portadores de necessidades especiais e se beneficiam de isenção concedida pela Lei Complementar nº 134/2009.

#### EVENTO 03

O Município tem registrado (2.773) unidades cadastrais (contribuintes) inadimplentes com o Tesouro Municipal, por débito de IPTU, ISS, RECEITAS HABITACIONAIS e outros tributos. Lançados em dívida ativa, os créditos somam a importância corrigida de R\$ **10.409.193,73**, assim composta: a) principal: R\$ **3.193.257,14**; b) encargos (correção monetária) R\$ **1.612.431,36**; c) encargos (juros e multas) R\$ **5.603.505,23** A administração tem empenhando esforços através da conscientização dos inadimplentes sobre a importância da regularização de seus débitos. Busca com tenacidade cobrar via administrativa e quando essa forma se torna infrutífera, encaminha via cartório ou ajuíza os débitos para evitar sua prescrição. Não obstante o empenho da administração, os resultados não estão sendo muito produtivos. Com o objetivo de atrair os inadimplentes para regularização de seus débitos, o Executivo pretende instituir programa de recuperação fiscal destinado a promover a regularização de créditos tributários do Município concedendo anistia e/ou remissão sobre os acréscimos legais relativos à multas e juros e demais encargos previstos na legislação vigente à época da ocorrência dos fatos geradores e os decorrentes de obrigações acessórias, na forma da lei.

## EVENTO 04

DEMONSTRATIVO DOS VALORES POTENCIAIS DA DÍVIDA ATIVA				
ESPECIFICAÇÃO	PRINCIPAL	CORREÇÃO	ENCARGOS POTENCIAIS	TOTAL
Dívida Ativa	3.193.257,14	1.612.431,36	5.603.505,23	10.409.193,73

### 3. METODOLOGIA DE CÁLCULO

#### EVENTOS 01 a 04

I – METODOLOGIA DE CÁLCULO IPTU			
A) RECEITA DO IPTU			
(+) Valor estimado do IPTU para lançamento em 2023	R\$	3.539.782,88	
(-) Inadimplência média estimada em 16,0033%	R\$	566.482,08	
(-) Isenções a aposentados, pensionistas e portadores de necessidades especiais estimadas em 0,471%	R\$	28.785,83	
<b>Previsão de arrecadação em 2023</b>	<b>R\$</b>	<b>2.944.514,97</b>	
Previsão de pagamento em cota única, em 2023. (média de 2019 a 2021 de 52,2600%).	R\$	1.538.803,53	
Desconto de 10,00% – Renúncia de Receita	R\$	153.880,36	
<b>Previsão de arrecadação líquida em 2023 (2.944.514,97 – 153.880,36)</b>	<b>R\$</b>	<b>2.790.634,61</b>	
II – METODOLOGIA DE CÁLCULO DA DÍVIDA ATIVA			
B) RECEITAS DA DÍVIDA ATIVA			
(+) Valor potencial de arrecadação da Dívida Ativa (principal e encargos)	R\$	10.409.193,73	
(-) Anistia – Isenção de multas e juros sobre tributos pagos em atraso	R\$	5.603.505,23	
<b>Previsão de arrecadação de Dívida Ativa em 2023</b>	<b>R\$</b>	<b>4.805.688,50</b>	

### 4. DEMONSTRATIVO DE QUE A RENÚNCIA DE RECEITA FOI CONSIDERADA NA ESTIMATIVA DA LDO E QUE, PORTANTO, NÃO AFETARÁ AS METAS DE RESULTADOS FISCAIS PREVISTAS NA LDO.

Especificação	Arrecadação	Arrecadação	%	Previsão	Estimada
	2020	0,00		2022	2023
IPTU	2.299.588,91	2.483.987,50	(+)8,01876323190	3.206.557,43	2.790.634,61
DÍVIDA ATIVA	703.357,34	910.790,10	(+)29,4918028437	<b>4.461.385,10</b>	<b>4.805.568,50</b>
TOTAL	3.004.966,25	3.394.777,60	(+)12,9722372089	7.136.762,95	7.596.203,11

Fonte: Secretaria Municipal da Administração e Finanças – Setor de Tributação e Contábil.

Nota: Na estimativa da receita da Lei Orçamentária a ser aprovada pela Câmara de Vereadores, contemplará a renúncia ora autorizada. A Compensação se dará também pela ampliação da base econômica. A compensação da renúncia da receita dar-se-á ainda com o esforço fiscal e administração tributária eficaz. O propósito da administração é, através da cobrança administrativa, conscientizar o contribuinte da importância, inclusive, econômica de manter o recolhimento dos tributos no prazo previsto para seu pagamento, evitando o desembolso dos acréscimos legais, como multa e juros. E, ao final, aos contribuintes ainda inadimplentes, implementar a cobrança judicial, medidas que objetivam a redução da dívida anual tributária, para índices aceitáveis de no máximo 8,00%.

A política tributária do Município de Capinzal a partir do ano de 2019, no tocante à concessão de benefícios fiscais, irá obedecer ao comando constitucional (CF) previsto no art. 150, §6º c/c art. 156, §3º, III, ou seja, qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica Municipal.